

Enquanto Brincamos: Podemos Falar de Intersubjectividade nas Psicoterapias com Crianças?

*Hernâni Caroço*¹

Resumo

Observamos que a psicoterapia com crianças é pouco referenciada no estudo da intersubjectividade. Fizemos uma breve síntese teórica dos conceitos de intersubjectividade e de reconhecimento mútuo. Recuperámos a proposta teórica de Winnicott sobre a centralidade do brincar na prática psicoterapêutica. Procurámos articular estes conceitos com dois casos clínicos: uma criança do sexo masculino de 6 anos seguida por um ano; e uma criança do sexo feminino de 8 anos, seguida por 4 anos. Procurou-se enquadrar os fenómenos transfero-contratransferenciais segundo as propostas teóricas anteriormente citadas.

Palavras – chave: *Intersubjectividade; Reconhecimento Mútuo; Brincar; Estados do Self; psicoterapia relacional infantil.*

Outono de 1988. Provavelmente outono, porque sei que foi no início do ano escolar. Sei que foi no início do ano escolar porque ainda não conhecia bem a nova professora primária, apesar de ela saber perfeitamente que eu era filho de uma colega sua. Estava no 2º ano ou, como se dizia na altura, na 2ª classe. Portanto, numa manhã de outono ali estava eu, sentado na sala duma escola primária. Não sei se não tinha nada para fazer ou se estava apenas distraído. Lembro-me que tinha na mão uma caneta do género Bic, que não era da marca, mas pensei que se tirasse o bico, a carga e a tampa no topo daquele instrumento de escrita ficava com um tubo de plástico translúcido, cuja aplicação era variada. Descobriria algum tempo depois, meses quiçá, que poderia ser uma óptima zarabatana. Naquele momento descobri que poderia ser

¹Psicólogo no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. Clínica Privada com Crianças e Adolescentes. Membro Efectivo da PsiRelacional. Contacto: hernanicaroco@hotmail.com

um telescópio. Se espreitasse por uma das extremidades o que poderia ver? E como? Apontei a lente imaginária à professora, que recebia por trás de si uma bonita luz matinal, fresca, se pensarmos no orvalho que abundava lá fora. Naquele momento, descobri que se rodasse aquele telescópio o efeito luminoso multiplicava-se, uma miríade de luzes apresentava-se à minha vista, sentindo-me um pequeno Newton a brincar com a reflexão das cores e eu pensava o quanto aquilo era surpreendente e engraçado.

De súbito, uma chamada do “planeta Terra”:

— Hernâni....

Baixei o tubo da caneta. E olhei para a professora.

— O que estás a fazer? — perguntou, com uma expressão algures entre a incompreensão e o repúdio.

— Não sei... estava a olhar por aqui...

— A olhar por aí? A ver o quê?....

— Não sei... as luzes...

— As luzes? Ahahaha. Quais luzes? — O riso escarninho da professora contagiou a turma e por alguns momentos todos na turma se riram de mim... Foi das primeiras vezes que me lembro de me sentir envergonhado fora de casa. Apesar de saber que a professora não via o mesmo que eu, logo não poderia compreender, pensava para comigo: “Mas ela não sabe que eu estou só a brincar?”

Terá sido das primeiras vezes na infância que senti o brincar como algo específico e típico de crianças, algo que os adultos não fazem, logo algo vergonhoso e futuramente descartável, visto com uma certa condescendência. Talvez, por isso, sentisse uma grande excitação quando brincava com os meus pais ou com os primos ou os vizinhos ou colegas.... Era algo que procurava que se proporcionasse, umas vezes mais ardilosamente que outras. Brincar sozinho era penoso, com os pares da minha idade era divertido, mas o *zénite* era quando o fazia com os mais crescidos. O entusiasmo de propor uma brincadeira e desta ser aceite e brincada por alguém “dos crescidos” proporcionava um sentimento de validação e reconhecimento muito importante. Nem tudo foram rosas, justamente. À época parecia que os riscos e os limites haviam sido levantados para serem derrubados. Para serem depois humildemente reconstruídos, de mão dada com o reconhecimento da nossa condição de crianças, para o melhor

e para o pior. De qualquer forma, o brincar era tão mais recompensador quanto o fizesse com alguém investido de importância e “interioridade”, digamos, quanto mais eu me identificasse com aquela pessoa.

Talvez fosse um processo de reconhecimento mútuo, conceito que não tinha como conhecer à época, mas que procuraremos explorar nas páginas seguintes, em articulação com o tema da infância.

Servem as linhas anteriores para demonstrar o quanto o brincar é uma dimensão indissociável da vida de uma criança, tanto que quando esse comportamento está ausente questionamo-nos se algo se passará. Servem também para demonstrar quanto o brincar é susceptível às dimensões da intersubjectividade e depende de atitudes de reconhecimento e mutualidade para ser uma experiência enriquecedora para o Eu daquele que brinca.

Experiências de irrelevância, indiferença, “desligamento” ou de desmentido, não favorecem o desenvolvimento mental e são o motivo, muitas vezes implícito, para sentimentos de aniquilação pessoal. A literatura psicanalítica relacional tem demonstrado como estes processos podem ser resolvidos numa matriz intersubjectiva. Parece-nos importante discutir como estes processos decorrem na clínica infantil. Sendo o brincar uma prática recorrente na intervenção clínica com crianças, parece-nos importante analisar as suas dimensões intersubjectivas, o quanto esse comportamento contribui ou não para a criação de uma atmosfera de reconhecimento mútuo.

Sabemos que a literatura psicanalítica relacional tem sido profícua na emergência de novos conceitos ou linhas de orientação para o trabalho clínico. As contribuições que tem prestado ao convocar um maior sentido de mutualidade na prática clínica (Lachmann & Beebe, 1996), ao integrar uma matriz intersubjectiva, têm sido do maior valor, tanto para o paciente como para o terapeuta. Sentimos que, para quem trabalha por entre o imediatismo e espontaneidade da clínica infantil, alguns conceitos da psicanálise relacional são da maior relevância, assim como são vividamente vivenciáveis. Por isso parece-nos importante demonstrar como podem ser integrados no “vocabulário” do psicoterapeuta de crianças. Acompanhamos Frankel (1998) quando afirma que os processos terapêuticos essenciais podem ser discernidos tanto ou mais claramente na clínica infantil que na clínica de adultos.

Na corrente psicanalítica clássica principalmente, subsiste a ideia de que a prática psicanalítica infantil é uma ramificação “ilegítima” dos métodos da análise de adultos, devido à dificuldade das crianças em fazerem associação livre (Frankel, 1998). Outros autores (Altman et.al., 2002) constatam que a clínica infantil tem sido relutante em abdicar das raízes teóricas do passado e acompanhar os movimentos relacionais do presente.

O trabalho psicoterapêutico com crianças conhece algumas particularidades distintas do trabalho com adultos. O papel do brincar é uma dessas particularidades que procuraremos discutir, tendo em conta a função e o lugar na relação entre psicoterapeuta e a criança. Ligando a prática de adultos e de crianças, apesar das particularidades do acompanhamento psicoterapêutico à população infantil, acreditamos que o fio conduto é mais espesso do que parece transparecer, na linha do que defendeu Winnicott (1974). Muito poderia dizer-se sobre outras componentes do trabalho clínico psicoterapêutico com a população mais jovem, como por exemplo, o trabalho que é feito em paralelo com os pais que teve a sua aurora em 1909 com o trabalho de Freud acerca do pequeno Hans (Freud, 1996).

Contudo, o nosso objectivo será focarmo-nos mais naquilo que une do que naquilo que separa, como cantará Rui Veloso. Seguindo uma prática psicoterapêutica de orientação relacional com crianças, debruçar-nos-emos sobre a importância dos conceitos de intersubjectividade (Atwood & Stolorow, 2014), de reconhecimento mútuo (Benjamin, 1990), como estes podem transparecer no brincar do paciente conosco e como são fundamentais na prática psicoterapêutica com crianças e jovens.

A Intersubjectividade

Como Atwood e Stolorow (2014) definiram, intersubjectividade é aquilo que a psicanálise procura conhecer ou estudar. Segundo estes autores, a psicanálise deve procurar discernir sobre os fenómenos que decorrem do encontro entre as subjectividades do psicanalista e do paciente. Adiantam que, ao contrário de outras ciências humanas, na psicanálise existe a particularidade do observador ser também observado e, complementarmente, o observado ser também um observador (Stolorow & Atwood, 1979, cit. Atwood & Stolorow, 2014). Entre nós, João dos Santos (2004) foi o primeiro psicanalista a falar sobre esta dimensão hermenêutica do tratamento psicanalítico com crianças, ao afirmar que para as observarmos devemos

prioritariamente que deixar-nos observar por estas.

Jessica Benjamin (1996) salientou que, para o estabelecimento da capacidade de intersubjectividade, os participantes da relação devem reconhecer-se mutuamente como portadores de individualidade e de uma experiência única por direito próprio. A autora suporta-se nos estudos sobre as interacções precoces entre mãe e bebé durante os primeiros meses de vida para demonstrar o valor fundacional da intersubjectividade sobre a saúde mental. Observa que enquanto a mãe estabelece contacto com o seu filho, olhando-o, cheirando-o ou tocando-o, vai reconhecendo-o. Com prefixo 're', pois este foi um momento muito esperado, com expectativas e uma narrativa gestacional construída a partir de um diálogo entre a mãe que o albergou, chamou e eventualmente cantou; e o feto que se mexeu, pontapeou e imitou. Ou seja, reconhecimento porque já existe uma história passada entre os dois, que é actualizada no (re)encontro. O bebé também recupera (pré)representações de outras vidas, pois demonstra interessar-se mais pela face da mãe e pelo seu tom de voz do que por outros adultos, como se já a conhecesse. Também ele a "re-conhece". A dimensão de mutualidade também está presente neste início de vida em conjunto.

Jessica Benjamin (1996) sintetiza a definição do processo de reconhecimento como respostas do outro que dão significado aos nossos sentimentos, intenções e acções, permitindo ao Eu aperceber-se, de modo concreto, da própria agência e autoria. Aqui reside um paradoxo para Benjamin, o paradoxo do reconhecimento. É que para nos afirmarmos como pessoas, autoras da própria agência e acções, tecelões do próprio destino, acarreta que investamos/reconheçamos o outro com as mesmas propriedades e capacidades, como portadores de uma subjectividade própria. Não é um processo que possa ser imposto unilateralmente. São precisos dois para o dançar. Desta dança emerge uma tensão constante e inevitável, a tensão resultante da interdependência entre reconhecer o outro e reconhecer-se a si mesmo.

Segundo Benjamin (1996), o reconhecimento mútuo entre mãe e bebé é um processo susceptível de conhecer rupturas. Em lugar da lógica intersubjectiva em vigência, passa-se a funcionar sob uma lógica intrapsíquica complementar, onde imperam as dinâmicas destrutivas, aniquilantes e de domínio/submissão do outro. É o terreno da lógica sadomasoquista. Jessica Benjamin (1990) adianta que os dois modos de funcionamento coexistem, são complementares, tanto no desenvolvimento diádico,

como na relação psicanalítica. É desejável que assim seja. Para esta autora será num frágil equilíbrio entre estas dimensões que se caminha no processo psicanalítico. De facto, nesta teoria, a possibilidade de reconhecimento é interrompida pelas rupturas aniquilantes, mas recuperada pela reparação intersubjectiva, quando sentimos que o outro nos devolve, investe e assinala da nossa própria agência e responsabilidade.

A relação psicanalítica, como a da díade materna, deve dar espaço tanto à criatividade intrapsíquica como à agressividade destrutiva do paciente, não fomentar a vacuidade psíquica da pessoa ou promover o triunfo do externo; mas não deve conceder em demasia à vida interior, deve preservar espaço para as dimensões intersubjectivas, pois constituem uma saída esperançosa para as fantasias destrutivas do paciente através de uma atmosfera de reconhecimento mútuo (Benjamin, 1990).

O reconhecimento mútuo também poderá ser uma forma do psicoterapeuta facilitar a integração de estados dissociados do Eu da criança. Bromberg (2001) defende que a nossa vida mental é constituída por uma multitude de estados do Eu, descontínuos, onde cada um desses é provido de padrões interactivos específicos. Acontece que alguns estados do Eu são dissociados da nossa experiência quotidiana. Nos casos em que o psicoterapeuta é chamado a intervir, a sua tarefa será integrar os estados do *self* dissociados. Preconiza Bromberg (2001) que, ao invés de tentar compreender racionalmente o paciente, o psicoterapeuta deve estabelecer uma relação mais directa e imediata pela partilha das subjectividades em campo, naquele momento.

Parece-nos que esta forma de conceber uma prática psicoterapêutica é perfeitamente inclusiva para crianças e jovens; a tarefa de pôr esses estados dissociados a comunicar entre si através de uma relação interpessoal tem muito de lúdico e “personifica” o que entendemos por brincar; através do brincar esses estados são reconhecidos, integrados e aceites na experiência de si-mesmo do paciente (Frankel, 1998).

O Brincar como Prática Relacional

Entre criança e psicoterapeuta é inevitável falar do brincar, como é inevitável que isso aconteça actualmente entre eles, principalmente se as coisas estiverem a correr bem, pensamos nós. Talvez por isso, muito tenha sido escrito sobre o lugar do brincar na clínica psicanalítica infantil. Podemos traçar as origens da reflexão sobre o tema em Freud, pela sua filha, Anna Freud, e em Melanie Klein (Freud, 1920; Freud, 1925;

Klein, 1955, cit. Fagulha, 1985), não havendo aqui e agora espaço para aprofundar o já foi dito. Escolhemos dizer que foi Winnicott (1974) quem fez uma abordagem inovadora sobre este tema. Afirmou este autor que sem capacidade de brincar não é possível haver psicoterapia, o que é uma afirmação de grande alcance. Para ele, alguns psicanalistas preocupavam-se demasiado com o *conteúdo do brincar*, de modo a compreender o significado da própria actividade de brincar. Compreendemos que Winnicott (1974) considerava esse esforço fútil, pois brincar tinha para ele uma definição mais lata:

“A psicoterapia situa-se entre duas áreas em que se brinca: a do paciente e a do terapeuta. A psicoterapia dirige-se a duas pessoas que brincam juntas. O corolário desta afirmação será que, se há impossibilidade de brincar, o terapeuta deve esforçar-se para que isso possa voltar a ser possível” (...). Aquilo que eu possa dizer sobre o brincar das crianças é realmente aplicável também às análises de adultos, apenas o tema será de mais difícil descrição quando o material apresentado é essencialmente verbal. Sugiro que devemos esperar encontrar o brincar tão naturalmente nas análises de crianças como nas de adultos. Manifesta-se por exemplo, pela escolha de palavras, as inflexões de voz e, sobretudo pelo sentido de humor”. (Winnicott, 1974, p.46)

Para Winnicott (1974) o brincar é uma actividade directamente contínua à experiência de *área intermédia* do bebé. Esta *área intermédia* é necessária para o estabelecimento de uma relação entre o bebé e o mundo e é tornada possível por uma mãe “suficientemente boa”. Esta será a que promove o desenvolvimento emocional do bebé por uma adaptação activa, devotada e sintonizada com as necessidades do seu bebé. Esta adaptação diminui gradualmente devido ao crescimento das capacidades do bebé em lidar com a frustração. Continua Winnicott (1974) afirmando que esta adaptação inicial entre mãe e bebé tem de ser perfeita. A mãe alimenta o bebé no preciso momento e lugar em que este está preparado para a representar. Menos que isso não permitirá à criança desenvolver a capacidade de experimentar uma relação com a realidade externa. A criança pode ser perturbada por uma adaptação excessivamente contingente por um período excessivamente prolongado, pois nestes moldes nunca desiludirá o bebé, mantendo a ilusão de que a mãe permanece sob o seu controlo, mágico e onnipotente.

A desilusão do bebé é necessária. O bebé beneficia assim da apresentação progressiva e “controlada” do sentimento de frustração, do desencontro entre mãe e bebé, pois, segundo Winnicott (1974), será a adaptação incompleta que tornará reais os objectos externos, e apenas assim conseguirá *realmente* amá-los ou odiá-los.

A *área intermédia* a que se refere Winnicott (1974) será toda a área entre a criatividade primária e a percepção objectivamente verificável e externa. Digamos que o bebé tem fome e consegue concebê-lo e manifestá-lo. A mãe apresenta o seio (ou o biberão) com o seu leite. Se esta interacção for suficientemente satisfatória, dará ao bebé a ilusão de que existe uma realidade externa correspondente à sua capacidade para criar. Sobrepõem-se a concepção do bebé e aquilo que a mãe apresentou.

A esta ilusão o bebé atribuirá uma forma, que Winnicott (1951) designa de *fenómeno transicional*. Este fenómeno consiste na atribuição de certas qualidades a um objecto externo. Este será o representante do esforço do sujeito em manter relacionadas, mas ainda assim separadas, a realidade interna e a vida externa. A relação com este tipo de objecto dá conta da capacidade da criança em reconhecê-lo como “não-eu”, como outro, em criá-lo, concebê-lo, assim como em iniciar um tipo de relação afectuosa. Aliás, o objecto é tão alvo de carinho como de agressividade e é suposto que sobreviva aos ataques, assim como ao amor da criança. Na perspectiva desta, o objecto transicional parece ter vida própria e o poder de ser afectuoso para com ela. Este objecto transicional será desinvestido gradualmente e o significado anteriormente conferido será disperso pelo campo cultural envolvente, um território intermédio entre a realidade psíquica interna e o mundo externo. Winnicott considera que a relação particular da criança com o objecto transicional impregnará doravante toda a actividade lúdica da criança.

Como refere Fagulha (1985), brincar é também uma forma que a criança encontra de se individualizar, de se encontrar como alguém separado, como um Eu face aquele que não sou Eu. Analogamente, o próprio bebé transporta essa expectativa de ligar-se a alguém no mundo e estabelecer um diálogo recíproco. Será através desse diálogo, assumindo a forma de uma actividade lúdica, que o bebé se diferenciará na sua especificidade. Winnicott (1960) designa de *holding* todo o processo interactivo entre mãe e bebé que permite a este diferenciar-se num “Eu pessoal separado”.

Para Jessica Benjamin (1990), o processo de diferenciação da identidade do

bebê faz-se através dum frágil equilíbrio entre afirmação e reconhecimento. Por seu turno, Jay Frankel (1998) afirma que o jogo em contexto psicoterapêutico é em si mesmo uma forma de reconhecimento mútuo. Enquanto brincamos com a criança estamos envolvidos num diálogo implícito que nos permite ir conhecendo algo sobre ela. Ao permitirmos esse envolvimento espontâneo inspirado nas nossas respostas inconscientes estamos a fomentar uma atmosfera de reconhecimento mútuo, ainda que não tenhamos palavras para verbalizar o que vamos descobrindo acerca da criança. Salienta outro aspecto importante: o jogo deve infundir a nossa atitude cautelosa em relação às identificações que possam emergir na relação com a criança. Dito de outra forma, a nossa perspectiva acerca da criança deve ser provisória e respeitar a alternidade e ambiguidade que o jogo transmite. O terapeuta é refém da sua subjectividade e se não estiver consciente deste facto acaba por fomentar maior intrusividade do que reconhecimento. Aliás, para que a criança se sinta respeitada enquanto um ser único em desenvolvimento, Jay Frankel (1998) recomenda que o terapeuta assuma a sua incapacidade em desvendar qual o significado absoluto do jogo. Ao juntar-se no brincar da criança, o terapeuta partilha uma actividade que fomenta a criatividade e transformação. E ao fazê-lo não irá fingir que consegue captar e expressar todo o seu significado por palavras ou interpretações. Assim, ele poderá reconhecer a diferença da criança em aceitar que nunca conseguirá saber tudo sobre ela.

Na linha do que Blanco e Liberman (2011) concluem, a tarefa do psicoterapeuta a este respeito deverá cingir-se à criação de condições para que o paciente possa seguir brincando, ou, *“playing”* como escreveu originalmente Winnicott (1974). O brincar deve ser espontâneo, nunca forçado sob pena de não avançar na psicoterapia e ir fomentar o funcionamento do *falso self*.

Prosseguimos, recuperando Frankel (1998) que examina como o terapeuta com a sua personalidade, expectativas, atitudes ou sentimentos, pode estruturar a relação com a criança. Dentro da espontaneidade anteriormente evocada, como é que o terapeuta estabelece limites? Como brinca com a criança? Que tipo de jogos e brincadeiras permite e não permite? Que materiais disponibiliza? São algumas das questões que considera pertinentes. Lachmann e Beebe (1996, cit. Frankel, 1998) salientam o papel dos processos de influência e regulação mútua através dos quais são construídos padrões interactivos previsíveis de comportamento na situação analítica. Segundo este

modelo, ambos os participantes contribuem momento-a-momento para a regulação da interacção. As suas acções são intimamente influenciadas pelo seu tempo, espaço, afecto e excitabilidade. As expectativas do par psicoterapêutico são organizadas segundo a possibilidade, ou não, de se afectarem mutuamente, de modo particular. A matriz da relação terapêutica será a interacção actual entre paciente e terapeuta.

Frankel (1998) formula este processo da seguinte forma, “a actividade lúdica da criança é influenciada pelo reconhecimento que o terapeuta faz da criança, sendo que o inverso também acontece, o reconhecimento que a criança faz do terapeuta molda as intervenções do terapeuta. Existe uma negociação implícita e mútua entre ambos, que se reflete no tipo de interacção lúdica (e não só) que se vai desencadear.

Mesmo a criança desafiadora, que provoca o terapeuta a definir limites enfaticamente, está envolvida num processo de reconhecimento mútuo. A definição de limites, de uma dada matriz psicoterapêutica, a uma criança mais perturbada é por vezes tão difícil que o psicoterapeuta pode sentir-se à deriva, embrenhado numa luta de poder ou sentindo que perdeu do horizonte o objectivo terapêutico e que não está a fazer nada por aquela criança. No entanto, o envolvimento e interesse do psicoterapeuta na interacção que se desenrola com a criança pode, por vezes, percorrer algum caminho na resolução das dificuldades.

Primeira Ilustração Clínica

O Diogo tinha 5 anos quando o pai e a madrasta me encontraram para um acompanhamento psicoterapêutico. Tinha os olhos azuis, cabelo curto, louro, pele muito clara e era franzino, mas muito enérgico. Gostei dele logo que o conheci. Os seus olhos brilhavam de mão dada com o seu sorriso e sugeriam a natureza vivaz do seu modo de ser. Para ele sorrir era fácil, assim como rir a “bandeiras despregadas”, gozando o prato às custas do outro (que era eu) ou provocando-o à busca do seu limite e do que isso suscitava. O Diogo havia sido diagnosticado com Perturbação de Espectro do Autismo, numa consulta de Neuro-Desenvolvimento, mas a preocupação mais concreta dos pais incidia na sua agressividade destemperada, na frustração desmesurada face aos limites impostos e na agitação turbulenta. Afirmavam que havia muitos problemas de comportamento na escola: quando confrontado com algum fracasso ou derrota, reagia violentamente tanto com os educadores como com

colegas. A madrasta era quem trazia o Diogo às consultas e revelava uma atitude mais compreensiva, porém preocupada. Fazia questão que o Diogo a chamasse de ‘mãe’ e em paralelo mostrava uma atitude crítica para com a progenitora, afirmando que esta não colocava regras e era desadequada no trato com o filho.

Os pais haviam-se separado tinha o Diogo cerca de um ano. A relação entre o casal era abertamente conflituosa, desde sempre. A mãe apenas ficava com Diogo em fins-de-semana alternados. A mãe havia entrado numa relação posterior da qual havia nascido uma meia-irmã, agora com 18 meses.

Demorei algum tempo até conseguir contactar a mãe de Diogo. Imaginava-a uma pessoa fria, distante e rude para com o filho. A mãe revelou-se mais humilde do que eu havia suposto. Ela própria referiu não ter tido modelos parentais calorosos, não se dava com a sua própria mãe e via-a como uma pessoa fria e desapegada. O pai já havia falecido e a única pessoa com quem podia contar era a sua irmã.

A mãe dizia: *“Tive um casamento de sonho com o pai do Diogo, uma grande festa e uma grande casa, mas com a crise imobiliária vimo-nos obrigados a emigrar. Ele foi primeiro e eu, já grávida, fui ao encontro dele partilhar uma casa com uma tia. O João sempre foi uma pessoa difícil desde criança, rebelde e agitado. Depois regressamos a Portugal e nasceu o Diogo. Chorava de dia e noite, deixava-me exausta. Foi nessa ocasião que soube das infidelidades do João. A tia dele já me tinha avisado..., mas não quis ver a realidade...”*.

Seguiu-se a separação do casal, o Diogo ficou com a mãe e o pai fez a sua vida afectiva com a amante. Cuidar do Diogo não ficou mais fácil: noites sem dormir, agitação e um temperamento difícil levavam-na ao desespero. As exigências da entidade laboral levaram a mãe a ceder na partilha da guarda parental, passando o Diogo a ficar uma semana com cada progenitor. Entretanto Carolina, mãe do Diogo, voltou a ser mãe de uma menina. Esse facto levou-a a abdicar da guarda semanal, passando a ficar com ele ao fim-de-semana de quinze em quinze dias e às quartas-feiras.

Fiquei a pensar como terá ficado Diogo no meio destes avanços e recuos, no meio destas “guardas” parentais que davam a sensação de o desproteger. Pareciam realçar antes a vivência de pais sem amor para dar, cujas próprias histórias de vida eram marcadas pela distância, por passagens ao acto, pela agressividade e desencontro emocional.

Tentei construir uma relação com o Diogo que fosse sensível e aberta, aconchegante,

contentora, que o acompanhasse na vivacidade, no jogo, mas também na construção de uma representação possível para as suas vivências, objectivas e subjectivas.

O Diogo mostrava uma avidez relacional muito grande. As nossas sessões eram intensas e exigentes. Ele gostava de lutar corpo-a-corpo. Por vezes brincava com carrinhos e desenhava, mas o que ele gostava mesmo era de lutar comigo. E era uma verdadeira provação: dava-me socos, pontapés, chamava-me nomes, saltava para cima de mim. Eu aproveitava para lhe fazer cócegas, como forma de o conter e recuperar algum do meu fôlego. Inevitavelmente estas interacções saíam do controlo: ou magoava-me ou magoava-se ele. Quando ele me magoava arrependia-se naquele instante, pedia-me desculpa e beijava-me consecutivamente no local da injúria. Talvez estivesse à espera de retaliações severas que o fizessem sentir demasiadamente culpado. Outras vezes era eu que o magoava: uma vez saltou para o meu colo, não o consegui suster e caiu no chão. Também pedi desculpa.

Pensava, que raio de terapeuta seria eu cujas sessões pareciam um evento de luta-livre. O Diogo chorava por breves instantes, mas depressa recuperava o registo anterior. As mágoas físicas eram rapidamente erradicadas da memória e continuava a trepar por mim acima, dar-me pontapés e chamar-me nomes. O Diogo não conseguia estabelecer uma relação com alguma distância. Precisava do meu corpo para brincar. Apesar da violência, tudo era encenado num contexto lúdico, ainda que a força empregada não fosse nada lúdica. Talvez o Diogo procurasse um ambiente com regras suficientemente “*latas*” para poder ser agressivo sem que fossem agressivos com ele, sem que retaliassem.

Eu sentia que o meu gabinete era demasiado pequeno para nós os dois. Precisava de espaço, de distância para poder respirar e sustentar a nossa relação. Por vezes sentia uma vaga sensação de perigo, de risco e de medo. Como, se ele era tão pequeno, tão jovem e eu um adulto? Era uma atmosfera de aniquilação, de mutualidade exclusiva. “Não vou sair daqui vivo”, pensava. Por vezes eu procurava lançar questões: “*Tu pareces gostar de andar à porrada... Como é que aprendeste isto?*” ou “*É só comigo que gostas de brincar a isto?*”; Ele mostrava-me o quanto estas perguntas eram desajeitadas, respondendo: “*Cala-te seu cara de caralho! Ahahah! Cala-te e luta!*”

O tema recorrente das suas produções gráficas do Diogo era uma mãe e o seu filho em perigo, por vezes salvos por um Super-herói ou um Bombeiro. Certa vez, pediu

que desenhasse um pinguim que tinha lava por baixo e, depois, que desenhasse a sua mãe, ferida e abandonada. O filho chorava porque tinham sido os dois atropelados. Pintou a vermelho a mãe, como que descrevendo graficamente as feridas e o sangue. A seguir, do outro lado da folha, escreveu letras de forma aleatória agrupadas em conjuntos, que ele sabia intuitivamente serem palavras. Ainda não havia iniciado a aprendizagem da leitura e por isso faltava-lhe o significado. Não só daquelas pseudo-palavras, como do caos em que se sentia mergulhado e onde semanalmente nos mergulhava aos dois. Pediu-me que decifrasse o que as letras queriam dizer. “*Querem dizer: ‘eu confio em ti para me ajudares a descobrir o que se passa no mundo dos adultos’*”. Diogo riu-se e disse:

— “Vamos lutar!”

Segundo os relatos da família houve melhorias assinaláveis no seu comportamento, tanto na escola, como em casa. Ainda assim essas melhorias pareciam ser flutuantes, muito susceptíveis a factores de que não nos conseguimos consciencializar. O Diogo foi seguindo em acompanhamento até que uma ausência prolongada, da minha parte, por motivo de saúde, precipitou a mudança de terapeuta.

Nesta situação, foi bastante assinalável a entrada directa na expressão da agressividade. A natureza aberta de um acompanhamento psicoterapêutico de orientação psicanalítica relacional permitiu que se construísse um padrão interactivo previsível de comportamento. A expectativa do Diogo afectar o psicoterapeuta não foi defraudada pela permeabilidade deste. Pensamos que a elevada excitabilidade do Diogo contribuiu, assim como contribuiu o afecto positivo e o acolhimento que o psicoterapeuta, para a interacção que se seguiu. O jogo agressivo que foi brincado foi resultado de um processo de regulação da nossa interacção mútua (Lachmann & Beebe, 1996). As capacidades de reconhecimento do outro estavam pouco desenvolvidas no Diogo, pelo que a forma dele se regular emocionalmente foi através de uma agressividade bastante crua, pouco elaborada. A sua forma de brincar poderia indiciar uma experiência relacional de aniquilação do Eu muito transversal.

Pela história materna confirmamos essa suposição. Diogo foi um bebé de temperamento difícil para a mãe, irritável, inconsolável que a levou a sentir-se esgotada. Poderíamos questionarmo-nos sobre o seu nascimento como mãe, que fantasmas despertou, que memórias, medos ou sentimentos ressuscitou, uma vez que

descrevia a relação com a sua própria mãe como “fria e distante”. A que tipo de cuidados foi sujeita? O trabalho de Fraiberg, Adelson e Shapiro (1975) pode ajudar-nos a compreender a transgeracionalidade das dificuldades relacionais entre mães e bebês. Nas circunstâncias em que se encontrava terá sido difícil ser suficientemente boa: a mudança de país, a traição do marido e a separação..., foram muitas rupturas e demasiado importantes. Foram demasiadas rupturas, que exigiram momentos de reparação (Benjamin, 1990) suficientemente bons para que algum equilíbrio se constituísse, algo que não foi possível acontecer. Não poderia ser surpreendente que a minha contratransferência tivesse algo de complementar (Racker, 1988) e fosse algo difícil de suportar, fazendo-me sentir ansioso antes das sessões. É que para ele era um prazer vir à minha consulta, mas para mim era difícil. Do lado do Diogo a sua transferência parecia ser bastante positiva, havia estabelecido uma relação bastante próxima com o psicoterapeuta, inclusivamente perguntava com frequência aos pais quando seria dia de estar com o Hernâni.

A possibilidade de Diogo desenhar uma díade em perigo (“o pinguim atropelado com a mãe”) parecia dar conta da possibilidade de constituir símbolos da sua experiência individual. Essa construção simbólica, para a qual contribuiu sentir-se progressivamente mais seguro e reconhecido com o psicoterapeuta, permitiu a possibilidade de representar algo que até ali não tinha sido possível. Poder representar simbolicamente as vivências de aniquilação terá contribuído para o alívio dos sintomas do Diogo, mesmo sem ter sido feito trabalho interpretativo acerca do jogo e da sua relação com a dinâmica familiar, como Frankel (1998) refere.

Outro aspecto a referir será o papel da contratransferência no desenvolvimento positivo dos sintomas agressivos do Diogo. A minha vivência – difícil - das suas experiências internas de aniquilação terá sido um factor que contribuiu para essa evolução. Como refere Bromberg (2001), o paciente força esses estados do Eu dissociados na mente do psicoterapeuta através de processos de introjecção e projecção. Neste caso, a agressividade explícita, manifesta e repetida despertavam-me insegurança. Isto levou a que o Diogo experienciasse essa insegurança dissociada de si-mesmo, através de mim e que pudesse reconhecê-la.

Segunda Ilustração Clínica

Noutro caso, a Filipa foi uma jovem que se manteve em acompanhamento comigo entre os 8 e os 13 anos. O motivo evocado pela família foi a auto-mutilação que levava a cabo com as unhas, num primeiro momento, depois com tesouras e facas. Os pais de Filipa eram surdos. A avó materna era muito presente na vida de Filipa e estava encarregue da relação com a escola e o psicólogo. O pai só estava em casa ao fim-de-semana, pois trabalhava longe. A relação de Filipa com a mãe era turbulenta, agressiva e algo incoerente, mas entre ela e o pai havia melhor convivência, mas para isso também contribuía uma atitude mais gratificante por parte deste. A relação com a avó era difícil. Na presença desta, Filipa tinha uma postura submissa, apagava-se e o seu olhar perdia o rasgo e a chama.

Também comigo Filipa tinha uma postura tímida, mas ainda assim colaborante e simpática. Depois de entrar no gabinete, ficava na expectativa, então conversávamos um pouco sobre a escola ou o que havia feito no fim-de-semana. Olhava os brinquedos recorrentemente, o que fazia adivinhar o seu interesse em brincar. *“Parece-me que queres antes brincar...”* — disse eu. Filipa respondeu afirmativamente.

Inicialmente explorava os materiais, os brinquedos, tirava-os das caixas, olhava para eles e usava-os por breves instantes. Se fossem carrinhos fazia-os andar um pouco e tirava logo outro, se fossem animais balançava-os como se estivessem a andar ou imitava os seus sons, se fossem humanos punha-os a olhar para os seus semelhantes e voltava a colocá-los todos na caixa. Algumas sessões depois, sempre neste registo exploratório, Filipa diz-me que nasceu um primo na sua família. Tinha nascido há poucas semanas, chamava-se Daniel. Pensei para comigo se os comportamentos auto-agressivos estariam relacionados, se seriam uma consequência desse facto novo: deixava de ser a neta mais nova, a mais próxima dos avós e agora tinha um rival pela atenção destes.

—Será que te magoas porque nasceu o Daniel e assim consegues que se preocupem contigo?

—Acho que não. Não tem nada a ver. Eu já fazia antes. Não tem nada a ver...

Ela foi veemente a rejeitar essa hipótese e não quis falar mais no assunto. Neste momento inicial da nossa psicoterapia, Filipa não se sentia completamente segura comigo. Apesar de ser assídua, pontual e de mostrar envolvimento no brincar, tinha

sempre uma inibição inicial nas sessões, uma timidez, um constrangimento que parecia indiciar um sentimento de vergonha, talvez por se sentir exposta ao meu olhar, talvez por estar ali e pelas coisas que diziam que ela fazia.

Após o verão e ao fim de alguns meses de acompanhamento, Filipa foi-se mostrando mais comunicativa. Mostrava-se mais à vontade nas sessões comigo e falava mais livremente. Simultaneamente a um padrão relacional mais comunicativo e espontâneo nas sessões psicoterapêuticas, vieram atitudes mais agressivas, desafiadoras e provocatórias. Nos jogos que ela escolhia tinha uma atitude muito competitiva, fazia batota, gozava comigo se ganhasse, abandonava o jogo se perdesse e insultava-me de várias formas, rindo-se. (“*És parvo!*”, “*És gordo!*”, “*Vais perder os jogos todos*”, etc.) Essas atitudes irritavam-me, mas tentava não responder às provocações.

Noutra ocasião, enquanto esperava por ela no meu gabinete, ouvi uma discussão, uma alteração que me levou a olhar pela janela. Era Filipa acompanhada pela mãe. As duas discutiam expressivamente, a mãe, não ouvinte, sem nunca ter aprendido a falar, gemia como se a estivesse em chamamento, a filha, furiosa e enraivecida andava uns metros à frente, gritando “*Larga-me, deixa-me em paz!*”.

Esta relação conturbada entre mãe e filha era sentida por mim como desorganizada, onde não parecia haver confiança, autoridade ou diferenciação. Até que ponto a sua atitude desafiadora para comigo não seria uma encenação desta relação? Até que ponto não seria uma pergunta como: “Também tu me vais bater e gritar se te desafiar?; Como é que tu reages se eu me quiser afirmar?”.

Procurei articular esta ligação verbalmente:

— *Será que quando dizes que eu sou tóto e não jogo nada, estás a mostrar como desafiias a tua mãe?*

— *Isso é só a brincar...*— disse ela.

A resposta de Filipa indiciava a necessidade de uma diferenciação, a necessidade da construção de um espaço delimitador entre o exterior, o nosso gabinete onde podia brincar a lutar com a sua mãe. Não era possível ainda articular as duas realidades sem perigo de impregnação.

Brincava comigo àquilo que de alguma forma reflectia a sua vivência, pautada pelo desencontro afectivo e pela agressividade. A experiência de brincar com os ingredientes da raiva, da provocação, do desprezo e do triunfo onnipotente, parecia

ser uma experiência importante para ela. Eu não retaliava das suas incursões agressivas e esforçava-me em guardar para mim o meu “ressabiamento”.

Nas sessões seguintes, continuou sem abordar verbalmente as dificuldades na relação com a mãe, mas mencionava as experiências positivas e gratificantes: passeava com o pai durante o fim-de-semana, por vezes visitava a família deste, em Lisboa.

Passadas as festas de Natal, Filipa mostrava progressos ao nível da concentração e da capacidade de trabalhar. Também foi observado que Filipa havia deixado de se arranhar. Apesar destes progressos, a avó continuava a queixar-se das suas respostas inconvenientes: *“Eu quero que ela seja uma menina bem-comportada e que estude. Ela responde-me mal quando eu quero ver o que ela anda a fazer, mas eu não quero que vá por maus caminhos?”*. A avó queria controlar a vida de Filipa porque acreditava que, inevitavelmente, ela acabaria por ir “por maus caminhos”. Essa expectativa negativa e essa intrusão acabavam por fazer Filipa reagir com agressividade, confirmando as ideias negativas que pairavam.

Nos meses seguintes, Filipa mostrava a capacidade de se relacionar comigo sem a agressividade verbal e a atitude desafiante que a havia caracterizado o passado. Mantinha uma atitude mais apaziguada, a maior parte do tempo. Mostrava interesse por jogos mais evoluídos, como o jogo da força ou jogos de tabuleiro. Por vezes tinha de adivinhar palavras escondidas por mim. Eu escolhia “Inglaterra” ou “Lisboa” para a convidar a falar sobre os pais, os tios... A minha dificuldade em encontrar experiências que a remetesse para a mãe era muito maior. As referências que tinha eram escassas. A relação entre as duas estava restringida, não só no aspecto comunicacional como emocional, desde sempre. Ao final de aproximadamente um ano de acompanhamento psicoterapêutico, Filipa conseguiu narrar algumas experiências negativas que a incomodavam no seio familiar. Verbaliza: *“Prefiro o meu pai à minha mãe. O meu pai compra-me muitas coisas e leva-me a passear. Eu não percebo o que a minha mãe me diz e não me leva a lado nenhum. No outro dia perguntei-lhe se podia tomar banho e ela pôs-me a trabalhar à bruta nas tarefas domésticas.”*

Contava que a avó se queixava aos tios acerca do seu comportamento, com o objectivo de a envergonhar. Isso fazia-a sentir-se mal, humilhada e exposta. A sujeição de Filipa a este olhar reprovador e condescendente contribuiu para uma maior empatia com ela e uma maior sintonização com os seus afectos. Era algo que me era caro.

Conseguia reconhecer esta sua luta pelos ecos que reverberavam através da minha história pessoal. Transversalmente havia lidado com estes sentimentos de insuficiência e humilhação, não só na infância como naquele momento, em contexto laboral.

A avó tinha a certeza que Filipa tinha de ter algum problema, alguma deficiência, algo que ela não sabia definir, mas que seria inato, deveria fazer-lhe parte da alma, do sangue ou do código genético, já que ela até tinha ficado retida na escola, andava em várias consultas médicas, num psicólogo, portanto teria de ter algum problema.

Até ao verão as nossas sessões decorreram de modo tranquilo, um período em que foi menos assídua e em que faltava umas vezes porque tinha passeios com o pai, actividades da escola ou porque tinha consultas. Voltou a brincar com bonecos na casinha mostrando elementos interessantes. Neste jogo representava uma família com os avós, os pais e filhos, mas a centralidade da narrativa estava na mãe, cuja postura era activa, dominadora, onipotente. Batia nos próprios pais e arranjava outro marido. Ela era a mãe desta família, onde a relação que estabelecia com os restantes membros se definia pela agressividade. O seu jogo expressava a perversão da sua situação familiar: ela via-se como superior à própria mãe. Por outro lado, parecia rejeitar o “pai” quando procurava outro “marido”.

Após alguns meses, já no verão, Filipa aparece com um sorriso de orelha a orelha e diz-me que tem uma surpresa para me contar, *“Passei de ano! Vou para o 5º ano!”* Deilhe os parabéns, e a sua alegria torna-se a nossa. Falamos do que seria o próximo ano lectivo e as férias que aí vinham. Todos os problemas, as desavenças com os pais e avós pareciam suspensas. Antes de entrarmos de férias, informo que serei pai no Outono e que nessa altura poderei ter de faltar alguns dias. Ela diz não ter problema e que está contente, mas parece ter vergonha de o demonstrar.

Em Outubro fui pai, nasceu a minha filha e ausentei-me por poucas semanas. Quando retomámos, ela pergunta-me como correu e como está a bebé. Descrevo com a simplicidade possível. Assegurei que estava tudo bem, agora. Não foram sessões em que me sentisse tão disponível, mas fui-me adaptando.

Algum tempo depois, Filipa afirma-se triste porque *“os avós dão mais atenção à minha mãe do que a mim”*. Verbaliza sentir-se posta de parte na sua família. Por outro lado, devido a esta ‘usurpação’ dos avós ao papel parental, Filipa parecia reflectir esta distorção das funções familiares: a mãe era percebida pelos avós como incapaz de

exercer o seu papel, por outro lado, era constante a desvalorização da progenitora, logo não seria merecedora de atenção. Olhava para a mãe como uma rival que captava o afecto que reclamava dos avós.

Procurei formular esta minha leitura da situação familiar:

— *A tua mãe é surda, tem dificuldades para comunicar e precisa que os teus avós a tentem compreender... se calhar isso provoca-te ciúmes...*

A sua vaga aceitação da minha justificação levou-me a pensar que era algo que ela conseguia compreender racionalmente, apontando a causa dos seus sentimentos para o externo, para o concreto. Mas outra leitura possível poderia ser a expressão de uma menor disponibilidade da minha parte. Algo como “*tu agora não me dás tanta atenção como antes. Acho que a partir de agora não me vais dar tanta atenção como davas porque vais estar mais atento à bebé e eu vou ser abandonada por ti.*”

Perguntava-me pela minha filha frequentemente. Eu respondia com espontaneidade sem grandes reservas:

“*Tem acordado só uma vez durante a noite.*” ou “*Teve cólicas, mas agora está tudo bem.*”

Filipa conta-me, alguns dias depois, que vai ter outro sobrinho: *Sabes? Tenho uma coisa para te contar. Acho que os meus tios vão ter outro filho... Não sei quando nasce. (...) Tive boa nota a Educação Musical. Conteí aos meus avós, disse que tinha uma surpresa para eles...e o meu avô nem ligou...e a minha avó também não. Parece que não gostam de mostrar os sentimentos...*”

Nas suas circunstâncias específicas, vir a nascer um outro primo significava uma rivalidade importante, na medida em que se sentia dependente emocionalmente dos avós, embora não o admitisse. Ao procurar captar a atenção deles, num esforço para que não se esquecessem dela, reagem com indiferença, a maior das agressividades.

Fez uma pergunta curiosa:

— *Quando soubeste que ias ser pai ficaste contente ou zangado?*

— *Fiquei contente...*

— *Que fofinho!*

Questionei-me se procurava em mim outros modelos de parentalidade, outras formas de cuidar, de reconhecer e validar o outro, que ela sentia não terem sido as suas. Será que projectava a sua experiência de rejeição e de ser indesejada ao ponto de imaginar termos ficado zangados por termos dado outra vida ao mundo? Talvez

pudesse ver na minha família a possibilidade de vida mental, alguma esperança em amar. Eu sentia que Filipa tinha necessidade de ternura, de afecto e de paixão que alguns pais nutrem.

Posteriormente afirma que os pais estão a discutir muito. *“Eu não quero que eles se separem. Discutem por causa do dinheiro. A minha mãe discute com o meu pai, mas depois já está do lado dele e depois são eles contra os meus avós. Às vezes sinto que eu e a minha mãe somos duas cadelas..., sempre de um lado para o outro, à roda. Ora estamos de um lado ora do outro. Eu acho que a minha avó se mete muito na minha vida! Eu queria falar com eles, mas tenho medo de que digam que é conversa de adultos e desvalorizem a minha opinião.”*

A inconsistência e instabilidade na família perturbava-a, assim como a submissão.

Alguns dias depois, Filipa apareceu ansiosa e sorumbática. Revelou ter ficado desiludida com a descoberta que pai e mãe não eram casados. Parecia que sentia esta situação como se fosse uma confirmação da sua inferioridade, incapacidade, da ideia de que na sua família havia algo de errado, onde não se encontrava amor. Eu procurei provar como essa assunção era excessiva:

— *Olha, eu próprio não sou casado. Não acho que um casamento vá mudar o amor ou afecto que se sente pela família.*

Procurei que através da minha auto-revelação ela sentisse o amor como uma possibilidade em qualquer opção que os pais tomassem para a família dela.

A nossa relação prosseguiu por mais um ano, até a própria decidir interromper o nosso acompanhamento. A entrada na puberdade e a possibilidade de poder falar com uma psicóloga do sexo feminino a quem os avós pediram uma segunda opinião, talvez porque eu não alinhasse na visão desqualificante da neta, tudo isto precipitou a mudança. Ainda assim, as capacidades de auto-determinação, assim como de representação do mundo interior, foram um desenvolvimento importante para Filipa enquanto brincámos/trabalhámos juntos. Mas tendo eu procurado promover uma atmosfera de mutualidade na nossa relação, será justo também dizer o que pude aprender graças à Filipa.

Na linha do que João dos Santos (2004) defendia, para a Filipa foi importante que eu me deixasse observar por ela, para que pudesse entrar em contacto com ela, com confiança. Na minha opinião os processos trazidos à luz por Lachmann e Beebe (1996) podem explicar como esta psicoterapia pôde perdurar no tempo e ter algum

sucesso: a atitude aberta e pouco directiva que assumi no início deu espaço para que Filipa pudesse começar a explorar a natureza da nossa relação. As suas acções foram influenciadas pela minha excitabilidade, pela minha responsividade. Aos poucos foi sentindo o espaço e a segurança para mostrar afectos. A minha contenção de alguns desses afectos foi um factor diferenciador das demais relações a que estava habituada.

Os processos de reconhecimento (Benjamin, 1996) que foram mobilizados permitiram que Filipa fosse tomando contacto com a própria agressividade e que atribuísse um significado à mesma, pela indiferença e desqualificação a que era votada pela família alargada, pela incompreensão mútua entre ela e a mãe e o sentimento de abandono do pai. O reconhecimento do contexto difícil, aniquilante e destrutivo em que estava inserida era uma tarefa que não podíamos evitar. Assim, a presença do psicoterapeuta e o cuidado em manter uma “atmosfera de intersubjectividade”, oferecendo-se como pessoa, pois, da forma como interpretamos o que diz Jessica Benjamin, será através dessa atmosfera intersubjectiva, que se estabelece no gabinete, que oferecemos uma saída para a destrutividade do paciente.

É da nossa opinião que, para o estabelecimento dessa “atmosfera de intersubjectividade”, não basta que o psicoterapeuta abdique de uma visão monádica do seu papel, onde se constitui meramente como um “objecto”, como “função”, suspendendo a sua identidade pessoal e subjectividade própria. Para além do psicoterapeuta dever conceber a situação psicoterapêutica como um contexto onde a sua subjectividade deve participar, é necessário que veja o seu paciente da mesma forma: uma subjectividade portadora de sentimentos, intenções e acções à procura da sua auto-determinação. A perspectiva que o psicoterapeuta assume sobre as dificuldades que o paciente atravessa deve ser “temperada” ou regulada por uma visão provisória da mesma. Essa sensibilidade contextualista (Orange, Atwood & Stolorow, 2009) é particularmente importante na prática com crianças. Qual o impacte futuro sobre a saúde mental de uma pessoa cuja identidade é sequestrada logo na infância sob a designação de “autista”, “hiperactivo”, “disléxico” ou “atrasado no desenvolvimento”?

Parece-me que este movimento foi particularmente importante para Filipa. A constituição de um ambiente ou atmosfera de criatividade, lúdica, onde a sua identidade em desenvolvimento pôde ter espaço para se desenvolver, foram cruciais. A sua solicitação da minha própria identidade, da minha forma de ser pai, ali ainda muito

“verde”, não foi objectada. Filipa não ficou sozinha no mundo, naqueles momentos. Se tivesse devolvido os seus movimentos com outra questão do género, “*É importante para ti saber isso?*” não sei se teria tido algum sucesso e correndo o risco de a humilhar na sua curiosidade, um pouco como Alice Miller (2006) descreve em “Não Perceberás”.

Creio que se deu um processo de reconhecimento do psicoterapeuta pela Filipa. Penso que isso foi importante para ela e talvez devesse tê-lo assinalado (e reconhecido), mas não estava consciente disso naquela altura.

Julgamos importante salientar a atitude do psicoterapeuta enquanto brinca com a criança. Acompanhamos Winnicott (1974) na assunção da espontaneidade como um aspecto básico na psicoterapia de crianças. Sentimo-nos mais confortáveis com a premissa de que a participação ou a intervenção do psicoterapeuta no jogo da criança deva ser solicitada pela criança. Por outro lado, a “obrigatoriedade” de desvendar à criança o conteúdo latente do brincar da criança (Freud, 1996; Klein, 1955) é uma ideia que não se coaduna perfeitamente com a nossa perspectiva. Com Filipa, esse movimento conheceu sempre alguma oposição. Esse movimento de fazer consciente o pré-consciente deve estar subordinado à “cultura” de espontaneidade: como escreve Blanco e Liberman (2011), a melhor interpretação é o paciente que a faz. No caso das crianças, a melhor interpretação por vezes pode ser a construção de um símbolo, através de uma actividade lúdica repetida, num contexto relacional próprio (Frankel, 1998). Com Filipa, a relação sado-masoquista que estabeleceu comigo, em certo momento, pode ter sido o símbolo de algo que pôde depois ser transformado.

Assim, também acompanhamos Frankel (1998) quando afirma que o terapeuta, ao juntar-se ao brincar da criança e ao não fingir, consegue ser dono e senhor do significado último do jogo desta, reconhece a sua diferença, assume que nunca conseguirá saber tudo sobre ela e abstêm-se dessa intrusividade.

Referências

- Blanco, A., & Liberman, A. (2011). *Una introducción a la obra de D. W. Winnicott: Contribuciones al pensamiento relacional*. Ágora Relacional.
- Altman, N., Briggs, R., Frankel, J., Gensler, D., & Pantone, P. (2010). *Relational Child Psychotherapy*. Other Press.
- Atwood, G. & Stolorow, R. (2014). *Structures of Subjectivity: Explorations in Psychoanalytic Phenomenology and Contextualism*. Routledge.
- Benjamin, J. (1996). *Los lazos de amor: Psicoanálisis, feminismo y el problema de la dominación*. Paidós.
- Benjamin, J. (1990). Recognition and Destruction: An Outline of Intersubjectivity. In S. A. Mitchell & L. Aron (Eds.), *Relational Psychoanalysis: The Emergence of a Tradition*. (pp. 181-199). Routledge.
- Bromberg, P. M. (2001). *Standing in the Spaces: Essays on Clinical Process, Trauma and Dissociation*. Psychology Press.
- Fagulha, M. T. P. (1985). *A Actividade Lúdica*. Relatório de orientação de aulas teórico-práticas integradas na Cadeira de Consulta Psicológica da Criança e do Adolescente. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Frankel, J. B. (1998). The play's the thing how the essential processes of therapy are seen most clearly in child therapy. *Psychoanalytic Dialogues*, 8(1), 149-182. <https://doi.org/10.1080/10481889809539237>
- Fraiberg, S., Adelson, E., & Shapiro, V. (1975). Ghosts in the Nursery: A Psychoanalytic Approach to the Problems of Impaired Infant – Mother Relationships. *Journal of American Academy of Child Psychiatry*, 14(3), 387-421.
- Freud, A. (1971). *O Tratamento Psicanalítico de Crianças*. Ímago.
- Freud, S. (1948). Au-delà du Principe du Plaisir, *Essais de Psychanalyse*, Payot.
- Freud, S. (1996). *Duas Histórias Clínicas: "O Pequeno Hans" e o "Homem dos Ratos" (1909)*. Ímago.
- Klein, M. (1955). The psychoanalytic play technique. *American Journal of Orthopsychiatry*, 25(2), 223-237.
- Lachmann, F.M., & Beebe, B.A. (1996). Three Principles of Salience in the Organization of the Patient - Analyst Interaction. *Psychoanalytic Psychology*, 13(1), 1-22.

- Miller, A. (2006). *Não Perceberás: Variações sobre o tema do paraíso*. Martins Fontes.
- Orange, D. M., Atwood, G. E., & Stolorow, R. D. (2009). *Working Intersubjectively: Contextualism in Psychoanalytic Practice*. Routledge.
- Racker, H. (1988). *Estudos sobre técnica psicanalítica*. Artes Médicas.
- Santos, J. (2004). *Se não sabe porque é que pergunta? Conversas com João de Sousa Monteiro*. Assírio & Alvim.
- Winnicott, D. W. (1960). The Theory of the Parent – Infant Relationship. *International Journal of Psychoanalysis*. 41, 585 – 596.
- Winnicott, D. W. (1951). Transitional Objects and Transitional Phenomena. In D. W. Winnicott (Ed.) *Playing and Reality* (1st ed., pp 1-30). Penguin Books.
- Winnicott, D. W. (1974). Playing: A theoretical statement. In D. W. Winnicott (Ed.), *Playing and Reality* (pp. 44-61). Penguin Books.